

A ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS: ESPAÇO, TEMPO E ATENDIMENTO ESCOLAR

THE ORGANIZATION OF THE MULTIFUNCTION ROOM IN PUBLIC SCHOOLS: SPACE, TIME AND SCHOOL ATTENDANCE

Ivanilde Apoluceno de Oliveira
Kátia do Socorro Carvalho Lima
Tânia Regina Lobato dos Santos
Universidade do Estado do Pará

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica de organização em termos de espaço, tempo, recursos e atendimento em Salas de Recursos Multifuncionais de escolas públicas na cidade de Belém, no Pará (PA), e se a forma como estão elas organizadas favorecem ou não o processo de ensino e aprendizagem dos educandos com deficiência. O trabalho parte das seguintes questões: como as redes públicas estão organizando as Salas de Recursos Multifuncionais? Quais são suas funções? Como elas estão estruturadas, em termos de espaço, tempo e recursos didáticos? Como está sendo efetivado o Atendimento Educacional Especializado? Apresentam-se, assim, informações parciais de duas pesquisas: a primeira, realizada em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Belém, vinculada ao Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), e a segunda, em duas escolas da Rede Municipal e uma da Rede Estadual de Ensino de Belém, vinculada à Rede de Educação Inclusiva na Amazônia Paraense. As estratégias metodológicas utilizadas foram: entrevistas com 22 docentes de Salas de Recursos Multifuncionais; levantamento bibliográfico e documental e o uso de fotografias. Entre os resultados destaca-se que os espaços especializados, por si só, não garantem a inclusão escolar dos alunos com deficiência, que os tempos de permanência dos alunos nos espaços são insuficientes e que há necessidade de qualificar melhor o tempo de permanência do aluno nas salas de aula comuns.

Palavras-chave: Salas de Recursos Multifuncionais. Organização. Ensino-aprendizagem.

Abstract

This article aims to analyze the dynamics of organization in terms of space, time, resources and assistance in multifunctional resource rooms of public schools in Belém and whether the way they are organized favors or not the teaching and learning process of students with disabilities. It accrues from the following questions: how public educational institutions are organizing the multifunctional resources? What are their duties? How are they structured in terms of space, time and teaching resources? How are the specialized educational services being actualized? This work presents partial information of two researches: the first, held in one municipal school in Belém, is linked to the Observatório Nacional de Educação Especial; the second one, executed in two municipal schools and one state school of Belém, linked to the Rede de Educação Inclusiva na Amazônia Paraense. The methodological strategies were: interviews with 22 teachers of multifunctional rooms; bibliographic and documentary survey, together with the use of photographs. Among the results, emphasis is laid on: the specialized spaces alone do not guarantee school inclusion of students with disabilities; the student residence times in the locations are insufficient and there is need to better qualify the student residence time in the classrooms.

Keywords: Multifunction Resource Rooms. Organization. Teaching and learning.

Introdução

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) estão sendo implantadas nas escolas públicas, atendendo à legislação que normaliza a política de Educação Inclusiva na Educação Especial. Dessa forma, ocorre a ampliação das oportunidades ofertadas pelos serviços de apoio à inclusão escolar de educandos com deficiência no Atendimento Educacional Especializado (AEE) nesses espaços SRM. Tais salas estão localizadas na própria escola ou em outra escola de ensino comum e o atendimento é realizado no turno inverso ao da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns.

O Decreto n.º 7.611 (BRASIL, 2011) define as Salas de Recursos Multifuncionais como espaços de oferta do Atendimento Educacional Especializado nas escolas, devendo ser dotadas de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos. Os objetivos dessas salas são, segundo o Decreto n.º 6.571 (BRASIL, 2008a):

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos [com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação];
- II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Portanto, as Salas de Recursos Multifuncionais precisam estar bem organizadas e possuírem materiais didáticos que favoreçam o ensino e a aprendizagem no atendimento educacional dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendendo aos dispositivos estabelecidos pelo MEC em seus manuais de orientações. Partindo disso, questionamo-nos: em Belém, como as redes públicas estão organizando as Salas de Recursos Multifuncionais? Quais são suas funções? Como elas estão estruturadas, em termos de espaço, tempo e recursos didáticos? Como está sendo efetivado o Atendimento Educacional Especializado?

Procurando responder a essas perguntas, utilizamos, neste artigo, informações parciais de duas pesquisas: a primeira, realizada em uma escola na Rede Municipal de Ensino de Belém, vinculada ao Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), e a segunda, em duas escolas da Rede Municipal e uma da Rede Estadual de Ensino de Belém, vinculada à Rede de Educação Inclusiva na Amazônia Paraense.¹ Esses trabalhos tiveram como objetivo a produção de estudos integrados sobre políticas e práticas direcio-

¹ As escolas, neste artigo, estão codificadas como EMP1 (Escola Municipal Pesquisa 1), EEP2 (Escola Estadual Pesquisa 2), EM1P2 (Escola Municipal 1 Pesquisa 2) e EM2P2 (Escola Municipal 2 Pesquisa 2). Os sujeitos serão mencionados por nomes fictícios e vinculados aos códigos das escolas.

nadas para a inclusão escolar no Brasil, além de uma avaliação do Programa de Implantação de “Salas de Recursos Multifuncionais” (SRM), promovido pela Secretaria de Educação Especial/MEC.

As estratégias metodológicas utilizadas neste artigo foram: a) entrevistas com professores de Salas de Recursos Multifuncionais – para a primeira pesquisa, com quinze deles, por meio da técnica de grupo focal, e para a segunda, entrevistas individuais com sete docentes; b) levantamento bibliográfico sobre Educação Inclusiva e temas correlacionados; c) levantamento documental e da legislação vigente no país sobre a política de Educação Inclusiva; d) o uso de recursos imagéticos como a fotografia.

Neste artigo, objetivamos analisar, a partir das falas dos docentes entrevistados, como as Salas de Recursos Multifuncionais de escolas públicas estão organizadas, em termos de funções, espaço, tempo, recursos e atendimento, e se a forma como estão organizadas favorecem o ensino-aprendizagem dos educandos com deficiência.

Organização das Salas de Recursos Multifuncionais

De acordo com as diretrizes nacionais de organização do Atendimento Educacional Especializado nas SRM, cabe aos professores desses espaços as seguintes atribuições:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

A exposição desses incisos nos instiga à reflexão sobre a ampla e complexa responsabilidade designada ao professor do AEE. Compartilhamos da ideia de Claudio Roberto Baptista (2013, p. 54), que, em relação aos incisos IV, VI e VIII, afirma que:

embora tenhamos que admitir a grande amplitude das ações e possibilidades interpretativas de práticas centradas no atendimento direto ao aluno, é necessário que se identifique a potencial valorização do trabalho compartilhado com outros profissionais, principalmente o docente do ensino comum.

Deste modo, remetemo-nos às falas dos professores sujeitos deste estudo, nas escolas pesquisadas, para a compreensão da dinâmica do atendimento nas SRM e suas implicações no processo de aprendizagem dos educandos com deficiência. Nota-se que esses professores vêm buscando atender o que define a legislação vigente, por isso algumas Salas de Recursos Multifuncionais apresentam características diferenciadas, enquanto algumas ainda funcionam minimamente dotadas dos recursos necessários.

a) Função das SRM

Para os professores da EMP1, as Salas de Recursos Multifuncionais apresentam funções gerais e específicas. As funções gerais são aquelas comuns a todos os estudantes. Nelas, as ações dos professores da SRM não se limitam apenas à elaboração, produção e organização de estratégias de atendimento às necessidades dos alunos público-alvo da Educação Especial, mas consideram outras demandas específicas, como a dos demais alunos, já que tais funções consistem no desenvolvimento das potencialidades individuais, na aprendizagem e na socialização dos educandos.

O Decreto n.º 7.611/2011 estabelece que esse atendimento compreenda o conjunto de atividades e recursos pedagógicos prestados, de forma complementar aos educandos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, e suplementar aos educandos com altas habilidades ou superdotação, levando-se em consideração o tempo necessário de acesso e permanência nas SRM (BRASIL, 2011). Entretanto, na prática dos professores das SRM, outras Necessidades Educacionais Especiais, não advindas de limitações por conta de alguma deficiência, são atendidas. Essa postura coaduna com as palavras de Hugo Otto Beyer (2006, p. 28-29), para quem a primeira condição no caminho para a Educação Inclusiva é

entender que as crianças são diferentes entre si. Elas são únicas em sua forma de pensar e aprender. Todas as crianças, não apenas as que apresentam alguma limitação ou deficiência, são especiais. Por isto, também é errado exigir de diferentes crianças o mesmo desempenho e lidar com elas de maneira uniforme. O ensino deve ser organizado de forma que contemple as crianças em suas distintas capacidades.

As funções específicas consistem no favorecimento da autonomia dos educandos, de forma a facilitar o acesso aos conteúdos e às atividades escolares, melhorando o aprendizado do alunado,

além da produção de material acessível, o assessoramento no processo avaliativo dos alunos, ajudando a estabelecer parâmetros de avaliação distintos daqueles usados na sala comum, o assessoramento do professor de sala de aula comum e a orientação da família. Elas exigem, portanto, um professor especializado.

O professor Gilson (EMP1) destacou que a principal função da SRM “é estimular as habilidades e competências que esse aluno possui para que essas sirvam de suporte para o trabalho pedagógico realizado em sala de aula regular” (informação verbal). A professora Denise (EMP1) explicou que a realização de atividades que subsidiam o processo de aprendizagem está vinculada às ações pedagógicas desenvolvidas na sala de aula comum, entre as quais estão a elaboração de recursos pedagógicos adaptados e de acessibilidade, as adaptações de provas e o uso do Braille, com alunos cegos, e de Libras, com alunos surdos.

Uma das tarefas dos docentes das Salas de Recursos Multifuncionais, mencionada pelos entrevistados, é o assessoramento dos professores do ensino regular, a fim de promover o respeito às diferentes formas de aprender, favorecendo a inclusão escolar. Essa é uma situação problemática por dois motivos: primeiro, porque os professores das SRM não estão preparados para realizar a formação continuada dos professores das salas comuns e, segundo, porque a maioria dessas formações não faz parte da política das redes municipais, consistindo, portanto, em iniciativas pessoais, ocasionais, de comprometimento dos professores especializados com o processo de inclusão. Essas formações são direcionadas às práticas pedagógicas e à produção de recursos didáticos pelos professores, visando a elaboração de práticas educacionais inclusivas, bem como aos diretores e secretários escolares, a fim de orientar sobre a integração de alunos da Educação Especial em salas de aula comuns.

Há também, por parte dos docentes da escola estadual, a compreensão de que a Sala de Recurso Multifuncional é um espaço

de atendimento de diversas deficiências. Essa sala é vista com múltiplas funções e como sala de apoio, servindo de suporte ao aluno com dificuldades de aprendizagem. Entretanto, a política de Educação Inclusiva aponta que as SRM devem ser espaços de desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, possibilitando aos educandos participarem efetivamente da vida escolar.

Diante das questões mencionadas pelos entrevistados, é interessante questionar: como se configuram as ações de formação nos espaços de SRM? As ações de formação não são geradoras de novas práticas pedagógicas? Por que essa geração de novas práticas não ocorre nas SRM? É importante considerar que os espaços, o tempo e as realidades são diferenciadas e as necessidades do trabalho pedagógico, diversas, variando de acordo com o contexto social e educacional das unidades escolares e da rede de ensino.

Os docentes enfatizam que as Salas de Recursos Multifuncionais não têm como função oferecer reforço nos conteúdos escolares ou nas tarefas propostas pelos docentes da sala comum. Porém, essa vem sendo uma expectativa por parte de alguns segmentos da escola e dos pais dos estudantes. Outra expectativa, apontada pelos docentes, é a de que o Atendimento Educacional Especializado substitua a estrutura de assistência representada pelas Instituições Especializadas como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE), ideia que se baseia na figura do professor especialista, cuja atuação pedagógica, terapêutica e psicológica se estende para além da escola. Essas são situações que ainda precisam ser estudadas, tanto no espaço/ tempo das redes como nas escolas, junto dos diversos segmentos envolvidos no trabalho pedagógico.

A produção de material adaptado está entre as funções das SRM que vêm sendo debatidas pelos professores, uma vez que sobrecarrega o trabalho docente e exige recursos financeiros que nem sempre a escola possui. Os docentes apontam, também, que, nas SRM, são utilizados novos parâmetros de avaliação, distintos dos

utilizados no processo de avaliação das salas comuns, nas quais recorre-se a notas e conceitos. A avaliação, nas SRM, é centrada no desenvolvimento pedagógico dos estudantes, indo além dos conteúdos escolares; os educadores exercem uma função de cuidadores, ultrapassando o ambiente da sala de aula, já que observam os educandos em diversas atividades escolares. A avaliação, portanto, um olhar para as “entrelinhas” das diferentes ações desenvolvidas pelos educandos na escola.

Os professores destacam, ainda, que os professores das SRM são vistos na escola como “multifuncionais” e como os únicos responsáveis pela educação do público-alvo da Educação Especial:

As escolas, elas pensam que nós estamos lá para tudo [...] “Ah esse aluno é da Educação Especial, chama o professor [da Educação Especial] para resolver [...]” e, às vezes, são coisas que gente vê que é do contexto escolar, mesmo (PROF. DENISE – EMP1) (informação verbal).

A respeito dessa questão, retomamos as palavras de Rejane de Souza Fontes (2009, p. 163): “esta postura reforça a ideia de que o aluno com necessidades educacionais especiais continua sendo visto como de responsabilidade de um profissional especializado ligado à Educação Especial, mesmo frequentando uma classe regular”. Nessa perspectiva, o educando com Necessidades Educacionais Especiais ocupa espaços e depende de profissionais pré-determinados, no âmbito da escola comum, com evidentes indícios de práticas educacionais segregacionistas.

Beyer (2006, p. 36) observa, sobre a implementação de uma Educação Especial em escolas inclusivas, que “o direito à educação comum, isto é, à inclusão escolar, não é de forma alguma um valor maior do que o direito ao atendimento educacional adequado, conforme as necessidades específicas dos alunos”.

Destacamos que as funções da SRM, segundo as falas dos professores, são diversas e demandam várias alternativas de atendimento, consistindo no desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, na realização das atividades e na produção de recursos pedagógicos adequados às necessidades deles. Além disso, as alternativas educacionais propostas pelos professores revelam o esforço deles em oportunizar possibilidades que atendam as diferenças dos alunos.

Dessa forma, a nosso ver, a função do professor na Sala de Recursos Multifuncionais precisa ser objeto de preocupação não apenas deste, mas também da escola. A maior necessidade está na inclusão e na interação entre o trabalho realizado na sala comum e na SRM. Observamos que, sem a interação entre os docentes, não há possibilidade de maior avanço no conjunto do trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças. Destacamos, ainda, que esse aspecto deveria ser um princípio para estabelecer a integração dos conhecimentos a serem trabalhados com os alunos nos diferentes espaços.

b) Organização espacial

Dentre os objetivos do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/SEESP, por meio da Portaria Ministerial n.º 13/2007, está o que se refere a “disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino” (BRASIL, 2010). Das quatro escolas pesquisadas, observamos que todas possuem salas amplas, com equipamentos e diversos recursos pedagógicos.

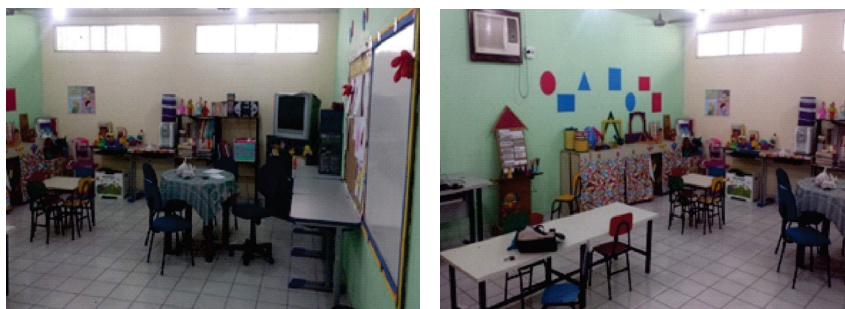


Figura 1 – Escola Municipal – Primeira Pesquisa (EMP1)

Fonte: NEP

A Sala de Recursos Multifuncionais da escola municipal da primeira pesquisa é ampla, com janelas, bem iluminada, com ventiladores de teto e ar condicionado. Há um número reduzido de mobiliário entre as mesas e as cadeiras, mas existem equipamentos e recursos didáticos suficientes. Entre os equipamentos, há televisão, computadores, impressora e scanners. Nas paredes, existem dois quadros: um com registro da produção dos alunos e outro com avisos. Há também um cantinho da pintura.



Figura 2 – Quadro produção dos alunos e Cantinho da pintura

Fonte: NEP

Os professores planejam de forma antecipada e individualizada suas aulas. Entretanto, não relatam se existe a possibilidade de, em algum momento, atender os interesses das crianças no uso dos recursos materiais e equipamentos disponíveis. Por isso, questionamos:

é só o professor que define o que será utilizado? Ou os alunos fazem suas escolhas, que são incorporadas ao planejamento e às atividades desenvolvidas pelos docentes? É importante os professores estarem atentos às experiências vivenciadas, considerando o que as crianças sabem e o que conseguiram avançar, como vivem, quais são suas dificuldades e como está o desempenho na escola, em seus diferentes espaços.

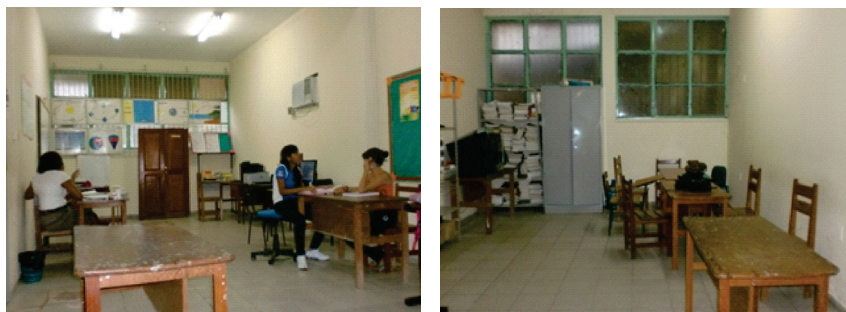


Figura 3 – Escola Estadual – Segunda Pesquisa (EEP2)

Fonte: NEP

Na escola estadual, a sala é espaçosa, possui janelas, boa iluminação e ar condicionado. Nela, predomina o mobiliário aos recursos didáticos e equipamentos tecnológicos. Há mesas, cadeiras e estantes distribuídos em diferentes espaços na sala. Na parede, existem, além de quadros de avisos, cartazes produzidos nas atividades escolares, mas os docentes não especificam como são utilizados.

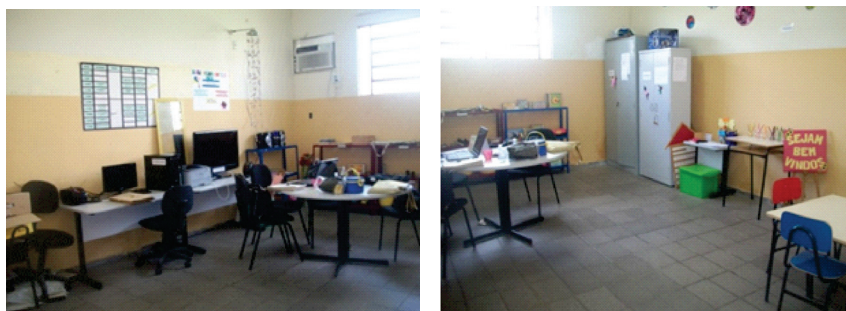


Figura 4 – Escola Municipal 1 – Segunda Pesquisa (EM1P2)

Fonte: NEP

Na escola Municipal 1, da segunda pesquisa, a sala é ampla, iluminada e possui ar condicionado. Há um número significativo de móveis (mesas, cadeiras e armários) e de equipamentos (computadores, televisão, scanners, monitor e aparelho de som). Há um quadro de aviso e cartazes, nas paredes, e, no acesso, à sala, um cartaz a identificando. Existe, também, o cantinho da leitura e o cantinho do brincar, mas os docentes não especificam como os utilizam.



Figura 5 – Cartaz

Fonte: NEP

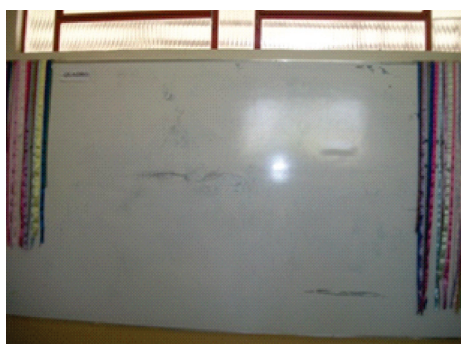


Figura 6 – Cantinho da leitura e Quadro de aviso

Fonte: NEP



Figura 7 – Escola Municipal 2 – Segunda Pesquisa (EM2P2)

Fonte: NEP

Na escola municipal 2, da segunda pesquisa, a sala é menor que as demais, possui janela e ar condicionado. Ela apresenta pouco mobiliário, mas variados recursos didáticos e equipamentos. Entre o mobiliário, consta uma mesa redonda, cadeiras, estantes, mesas para computador e balcão. Nas paredes, além de quadros de avisos, imagens e o alfabeto estão fixados. A sala possui um cantinho da leitura, que contém várias figuras coloridas para chamar a atenção dos alunos.



Figura 8 – Cantinho de leitura

Fonte: NEP

As Salas de Recursos Multifuncionais pesquisadas apresentam, portanto, disposições específicas de organização espacial, sendo que a maioria possui também mobiliário e equipamentos suficientes para o Atendimento Educacional Especializado. Entretanto, cabe frisar, muitos dos recursos e equipamentos são limitados, ao se considerar que o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2010) disponibiliza equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e para a oferta do Atendimento Educacional Especializado com salas de tipo I e II. Conforme especificações, os equipamentos das SRM compreendem microcomputadores, laptops, estabilizadores, impressora a laser, acionador de pressão, mouse com entrada para acionador, lupa eletrônica, impressora Braille, máquina de datilografia Braille, reglete de mesa, calculadora sonora, dentre outros.

Constatamos, no decorrer da pesquisa, que alguns equipamentos, apesar de existirem nas Salas de Recursos, são poucos ou nunca utilizados pelos professores. Os motivos vão desde a falta de domínio da sua operacionalização ao fato de não estarem em perfeito funcionamento. O entrosamento dos docentes de todos os espaços da escola, o funcionamento e organização dos ambientes devem acontecer em prol do aluno e de sua aprendizagem. Os espaços de convivência e o relacionamento entre docentes deve mostrar-se positivamente desde o momento em que a criança é recebida no portão de entrada da escola. A instituição escolar, então, deve primar pelo bom funcionamento e pelo atendimento qualitativo aos alunos e seus familiares nos seus diferentes espaços educacionais.

Joan Domènech e Jesús Vinãs (1997) definem que o espaço e o tempo escolares são fatores fundamentais para a organização da escola, podendo tanto contribuir quanto dificultar a dinâmica do trabalho educativo. O local escolhido para o funcionamento da SRM, a valorização atribuída aos espaços e o grau de participação nas decisões em relação a sua utilização são aspectos importantes

na dinâmica do trabalho pedagógico da escola. Segundo esses autores, um espaço pedagógico no interior de uma escola nasce a partir do momento em que lhe é dada uma estrutura para que cumpra a função de educar. Porém, esse não deve se encontrar isolado do meio em que se situa. Para eles, a escola trabalha “o meio, sobre o meio e a favor do meio” (DOMÈNECH; VIÑAS, 1997. p.7), devendo existir uma articulação entre as condições estruturais, materiais e subjetivas no espaço escolar e entre a escola e a comunidade, situação esta que ainda precisa se constituir no interior das escolas inclusivas.

c) Organização temporal

De modo geral, nas escolas pesquisadas, o atendimento especializado é realizado uma vez por semana, no contraturno e de forma individual, mas alguns docentes formam grupos e ampliam esse tempo, de acordo com a necessidade dos alunos. Os professores destacam que o tempo de atendimento é pouco e que há crianças que precisam de mais. Entretanto, uma das escolas pesquisadas não consegue ampliar o tempo de atendimento pelo grande número de alunos atendidos nas SRM, já que essa escola reúne alunos de diferentes escolas do município.

A professora Léa (EMP2) explica que procura adequar o tempo de atendimento às condições da família: “Como a escola, às vezes, é distante da escola polo, adequo o melhor dia para essa família trazer o aluno para o atendimento e o melhor horário. A gente conversa com o responsável. [...] O aluno fica uma hora, 45 minutos, e vai para a sala de aula” (informação verbal). Essa professora também destaca que existe um tempo semanal para assessorar o professor da sala comum: “Nós temos uma semana para assessorar esse professor. A gente tira uma semana por mês e vai até o professor [...] até a sala de aula” (informação verbal). Nesse,

“a gente geralmente fica um turno todo. De 7 da manhã até 11” (informação verbal) . Portanto, o tempo de atendimento depende do número de alunos e das condições sociais e de infraestrutura das famílias, além de envolver um trabalho de assessoramento dos docentes da sala comum.

A distribuição do tempo da Sala de Recurso Multifuncional é individual, diária ou semanal, e acontece, em geral, sem a articulação necessária com a sala comum. O tempo de atendimento entre os espaços são diferenciados e, muitas vezes, não atendem as necessidades educativas dos alunos. Isso significa que precisamos qualificar o tempo de permanência do aluno na escola inclusiva.

Os relatos dos professores das SRM apontam que a organização do tempo varia de acordo com a realidade de cada escola. Desse modo, os professores têm autonomia para planejar o atendimento dos alunos, o que concorda com a Resolução n.º 04/2009, ao definir essas como atribuições do professor do AEE. Destacamos as orientações básicas do AEE nas SRM:

Há alunos que frequentarão o AEE mais vezes na semana e outros, menos. Não existe um roteiro, um guia, uma fórmula de atendimento previamente indicada e, assim sendo, cada aluno terá um tipo de recurso a ser utilizado, uma duração de atendimento, um plano de ação que garanta sua participação e aprendizagem nas atividades escolares.

Na organização do AEE, é possível atender aos alunos em pequenos grupos, se suas necessidades forem comuns a todos. É possível, por exemplo, atender a um grupo de alunos com surdez para ensinar-lhes Libras ou para o ensino da Língua Portuguesa escrita. (ROPOLI et al., 2010, p. 22).

Essas orientações indicam que o atendimento educacional não é padronizado, mas sim flexível e devendo ser feito de acordo com as necessidades educacionais dos educandos.

d) Recursos didáticos

Das escolas municipais, duas são as que apresentam mais recursos didáticos; uma possui mais equipamentos e uma banda rítmica. A escola estadual apresenta poucos recursos didáticos.



Figura 9 – Escola Municipal - Pesquisa 1 (EMPI)

Fonte: NEP

A Sala de Recursos Multifuncionais dessa escola municipal possui uma variedade de recursos didáticos que inclui jogos, brinquedos, bandas rítmicas, entre outros.



Figura 10 – Escola Municipal 1 – Pesquisa 2 (EM1P2) – Banda rítmica

Fonte: NEP

A escola municipal 1, da segunda pesquisa, apresenta mais equipamentos do que materiais didáticos, além de possuir, em destaque, apenas uma banda ritmica como recurso pedagógico.

A escola municipal 2, da segunda pesquisa, possui um número significativo de recursos pedagógicos, dentre eles, jogos, prancha, colmeia, lupa, material dourado, livros de pano e banda de música.

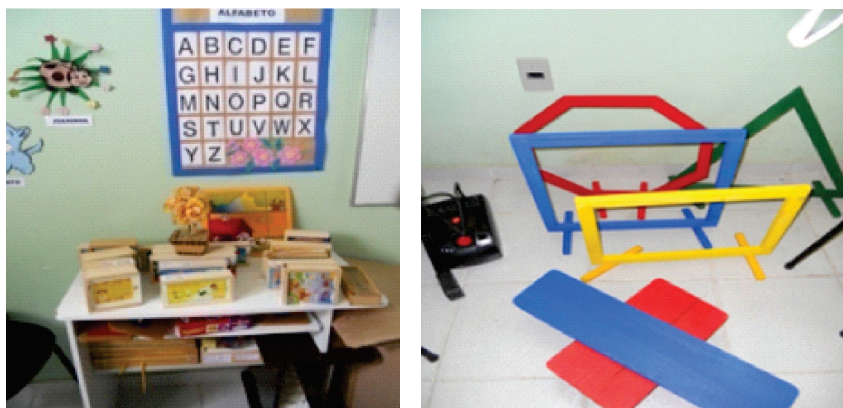


Figura 11 – Escola Municipal 2 – Pesquisa 2 – Recursos didáticos

Fonte: NEP

A escola estadual possui poucos recursos didáticos e a maioria está guardado na estante. Entre os recursos didáticos, foi destacada pelos informantes a existência de diversos jogos, entre os quais estão os de Braille e de Libras, além de livros didáticos, lupa eletrônica, teclado adaptado, entre outros itens. Os livros são os materiais predominantes.

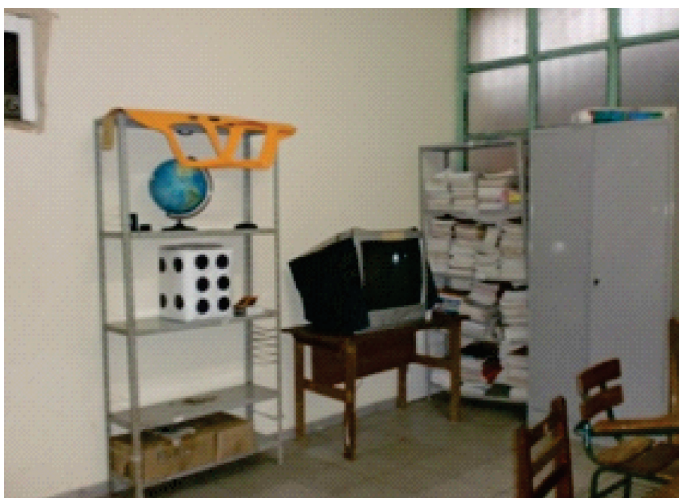


Figura 12 – Escola Estadual – Pesquisa 2 – Recursos didáticos

Fonte: NEP

O Manual do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2010) apresenta uma lista significativa de recursos pedagógicos, tais como material dourado, esquema corporal, bandinha rítmica, memória de numerais, tapete alfabético, domínó, dentre outros, mas em quantidade limitada a uma unidade.

Nas escolas pesquisadas, observamos não existir equidade entre as Salas de Recursos Multifuncionais, em termos de recursos didáticos. Há escolas que possuem uma variedade de recursos e outras que se concentram mais nos livros didáticos. Esse fato pode interferir de forma negativa no processo de ensino-aprendizagem, já que, de acordo com as especificidades dos alunos, há necessidade do uso de recursos adaptados e de recursos motivadores no processo de aquisição de conhecimentos. Entretanto, não foi informado como os recursos são utilizados; o fato de existirem não significa que estão sendo manuseados de forma adequada pelos professores e alunos, bem como se estão sendo aproveitados em sua multifuncionalidade.

e) Atendimento Educacional: avaliação dos docentes

O Atendimento Educacional Especializado, na SRM, não é visto como um reforço escolar, mas sim como intervenções pedagógicas que levam em conta as especificidades dos alunos, bem como suas habilidades e interesses.

Os planos de AEE resultam das escolhas do professor quanto aos recursos, equipamentos, apoios mais adequados para que possam eliminar as barreiras que impedem o aluno de ter acesso ao que lhe é ensinado na sua turma da escola comum, garantindo-lhe a participação no processo escolar e na vida social em geral, segundo suas capacidades. Esse atendimento tem funções próprias do ensino especial, as quais não se destinam a substituir o ensino comum e nem mesmo a fazer adaptações aos currículos, às avaliações de desempenho e a outros. É importante salientar que o AEE não se confunde com reforço escolar (ROPOLI et al., 2010, p. 23, grifo nosso).

Alves et al (2006, p. 15) corrobora quando afirma que:

[...] o atendimento educacional especializado não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos.

O atendimento especializado é realizado na Sala de Recursos Multifuncionais, mas, nas escolas municipais, caso o aluno tenha necessidade de serviço psicológico e fonoaudiológico, é enviado para o Centro de Referência, que possui equipe multiprofissional, uma vez que a SRM não dispõe de todos os profissionais especializados para atender as demandas e necessidades dos alunos.

Os docentes destacaram, também, que, pela falta de estrutura nas SRM e de profissionais com formação específica, nem todos os

educandos público-alvo da Educação Especial conseguem ter sucesso escolar. Essa questão é preocupante, porque evidencia que as Salas de Recursos Multifuncionais não estão conseguindo favorecer de forma satisfatória a aprendizagem dos educandos.

Para os professores da SRM, a escola ainda não consegue responder às demandas reais dos alunos no processo de inclusão pela separação existente entre as práticas das Salas de Recursos Multifuncionais e as salas comuns, havendo a necessidade de a escola trabalhar de forma articulada e dialógica as atividades educacionais em seus diferentes espaços. Segundo Alves et al (2006, p.17), faz parte das atribuições do professor que atua na Sala de Recursos Multifuncionais “atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo”.

Os professores da escola municipal 1, da segunda pesquisa, também destacaram que as SRM estão direcionadas ao atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial e que nas salas comuns não existem equipamentos para atender a educação inclusiva. A escola, no geral, concentra, na Sala de Recursos Multifuncionais, os materiais didáticos e os equipamentos destinados à Educação Inclusiva, cabendo ao educador da sala comum ministrar aulas com alunos com Necessidades Educacionais Especiais sem suporte técnico-pedagógico, situação que provoca descontentamento entre os professores e que dificulta o trabalho pedagógico em sala de aula. Nossa opinião é que não basta existirem Salas de Recursos para que o processo de inclusão aconteça, há a necessidade de uma permanência maior do professor especializado em sala de aula comum, pois os dois espaços têm especificidades que precisam ser trabalhadas conjuntamente entre os docentes. Dessa forma, questiona-se o acesso, pelos professores das classes comuns, às SRM: é possível a prática colaborativa entre os professores nas Salas de Recursos Multifuncionais?

Para Alves et al (2006, p.14) a Sala de Recursos Multifuncionais pode ser utilizada

para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. [...] Essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional.

Nessa perspectiva, o que especifica a SRM não é o fato de ela atender várias ou uma única categoria de deficiência, e sim ser um espaço flexível, com condições materiais e professores qualificados (que podem ser da classe comum ou especializado) para desenvolver práticas pedagógicas que possibilitem ao aluno a acessibilidade ao currículo e sua inclusão escolar.

Considerações finais

Este trabalho teve como foco principal analisar como as Salas de Recursos Multifuncionais de escolas públicas estão organizadas, em termos de espaço, tempo, recursos e atendimento, e se a forma como estão organizadas favorecem o ensino-aprendizagem dos educandos com deficiência.

Ao final, constata-se que as Salas de Recursos Multifuncionais estão organizadas de maneira a atender os alunos com deficiência, mas os professores ainda apresentam dificuldades no uso do material disponível, seja no que tange à sua operacionalização, seja em relação ao manuseio junto aos alunos, o que interfere de forma não favorável na aprendizagem dos educandos. Além disso,

os materiais são de uso exclusivo do professor da Sala de Recursos Multifuncionais, situação que gera o descontentamento do professor da sala de aula comum.

O fato de existirem os espaços especializados, por si só, também não garante a inclusão escolar dos alunos com deficiência, pois o tempo de atendimento é insuficiente, tanto nas Salas de Recursos Multifuncionais como nas salas de aula, outro fator interveniente na aprendizagem dos educandos. Portanto, há necessidade de qualificar melhor o tempo de permanência do aluno na escola.

Finalmente, entendemos que as principais mudanças no espaço-tempo educativo nas escolas devem ocorrer tanto no que tange aos professores quanto em relação à participação dos alunos na sala comum e SRM, pois o horário de atendimento ainda se encontra relacionado ao cronosistema da escola básica, com tempos marcados, como afirma Escolano Benito (2000). Assim, no tempo de aula destinado à sala comum, ou no contraturno, o que vai definir esta temporalidade no atendimento é o nível de participação e envolvimento da família e da escola.

Referências

ALVES, D. de O. et al. **Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BAPTISTA, C. R.. Ação Pedagógica e Educação Especial. In: JESUS. D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.. (org.) **Prática pedagógica na educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2013.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. Decreto n.º 6.571, de 17 de setembro de 2008. Brasília: MEC, 2008a.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CAMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução n.º 4, de 02 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

_____. **Manual de Orientação:** Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

_____. Presidência da República. Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

DOMÈNECH, J. VIÑAS, J. **La organización del espacio y del tiempo en el centro educativo.** Barcelona: Editorial Graó, 1997.

ESCOLANO BENITO, A. **Tiempos y espacios para la escuela:** ensayos históricos. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

FONTES, R. de S. **Ensino Colaborativo:** uma proposta de educação inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2009.

ROPOLI, E. A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

Sobre as autoras

Ivanilde Apoluceno de Oliveira realizou pós-doutoramento em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em junho de 2010. Concluiu o doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2002. Realizou, em 2001, doutorado sanduiche na

Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) e na Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) -Iztapalapa, no México, com estudos sobre Ética com o filósofo Enrique Dussel. Realizou mestrado em Educação Popular na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, é docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e professora titular da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Além disso, coordena o Núcleo de Educação Popular Paulo Freire da UEPA, o Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA e a Rede de Educação Inclusiva na Amazônia da UEPA. E-mail: nildeapoluceno@uol.com.br

Kátia do Socorro Carvalho Lima é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) (2002). É especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA) (2004), mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Atualmente, é diretora da Unidade Educacional Especializada Prof. Astério de Campos e professora da Universidade do Estado do Pará e da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA). E-mail: káticasclima@gmail.com

Tânia Regina Lobato dos Santos é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) (1983), mestre em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1998) e doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela mesma instituição (2003). Possui pós-outorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) (2010). É professora titular do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), do Programa de Mestrado em Educação CCSE-UEPA e do Programa de Mestrado Profissional Ensino em Saúde na Amazônia CCBS/UEPA (Portaria n. 004/2012). Além disso, coordena o Curso de Especialização em Educação Infantil na UEPA e é vice-coordenadora do Programa de Mestrado em Educação PPGED-CCSE-UEPA. E-mail: tanielobato@superig.com.br